

Epistemologia da ignorância: Tipologia e possíveis contribuições para a Filosofia da Ciência

Epistemology of ignorance: Typology and possible contributions to the Philosophy of Science.

Epistemología de la ignorancia: Tipología y posibles contribuciones a la Filosofía de la Ciencia.

Heitor Matallo Junior¹

Resumo

Junior, H. M. Epistemologia da ignorância: Tipologia e possíveis contribuições para a Filosofia da Ciência. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 15-30, 2025. DOI: 10.33148/ctrpico.v49i1.2537

Conhecimento é entendido como o oposto de ignorância. O mundo ocidental, desde os seus primórdios, luta por obter conhecimento e vencer a ignorância. Isso levou à ideia de que a ignorância não é um objeto do conhecimento e a epistemologia (bem como a Filosofia da Ciência) não devotou uma linha sequer a esse tema até meados dos anos 1980. O conhecimento tem sido sinônimo de razão, o que também se opõe à ignorância como um fato epistêmico. Neste artigo vamos discutir o tema da ignorância e de como ela pode se transformar numa epistemologia. Vamos mostrar brevemente a tipologia da ignorância e seus aspectos negativos, como a ausência de conhecimento, falsas perspectivas ativamente sustentadas, a chamada ignorância pluralística e aquela entendida como uma prática epistêmica substantiva. Vamos mostrar também que a ignorância pode ter um aspecto positivo: esta é a ignorância estratégica, que pode ser utilizada por indivíduos ou grupos vitimizados como uma estratégia de sobrevivência. Discutimos também o trabalho de Charles Mills sobre o *contrato racial* e de como a ignorância branca impregna de racismo a sociedade ocidental desde o Iluminismo. As diferenças entre ignorância e estupidez são mencionadas, bem como a importância de sua superação para a política e a convivência democrática.

Palavras-chave: Conhecimento; Ignorância; Epistemologia da ignorância; Estupidez.

Abstract

Knowledge is understood as the opposite of ignorance. The Western world, since its beginnings, has struggled to acquire knowledge and overcome ignorance. This led to the idea that ignorance is not an object of knowledge, and epistemology (as well as the Philosophy of Science) did not devote any attention to this topic until the mid-1980s. Knowledge has been synonymous with reason, which also opposes ignorance as an epistemic fact. In this article, we will discuss the theme of ignorance and how it can transform into an epistemology. We will briefly present the typology of ignorance and its negative aspects, such as the absence of knowledge, actively sustained false perspectives, so-called pluralistic ignorance, and ignorance understood as a substantive epistemic practice. We will also show that ignorance can have a positive aspect: this is strategic ignorance, which can be used by individuals or victimized groups as a survival strategy. We will also discuss Charles Mills' work on the *racial contract* and how white ignorance has infused Western society with racism since the Enlightenment. The differences between ignorance and stupidity are mentioned, as well as the importance of overcoming them for politics and democratic coexistence.

Keywords: Knowledge; Ignorance; Epistemology of ignorance. Stupidity.

Resumen

El conocimiento se entiende como lo opuesto a la ignorancia. El mundo occidental, desde sus inicios, ha luchado por obtener conocimiento y vencer la ignorancia. Esto llevó a la idea de que la ignorancia no es un objeto del conocimiento y la epistemología (así como la Filosofía de la

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: matalloheitor48@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-1337-746X>

Ciencia) no dedicó ni una línea a este tema hasta mediados de los años 1980. El conocimiento ha sido sinónimo de razón, lo que también se opone a la ignorancia como un hecho epistemológico. En este artículo, vamos a discutir el tema de la ignorancia y cómo puede transformarse en una epistemología. Presentaremos brevemente la tipología de la ignorancia y sus aspectos negativos, como la ausencia de conocimiento, perspectivas falsas activamente sostenidas, la llamada ignorancia pluralística y aquella entendida como una práctica epistemológica sustantiva. También mostraremos que la ignorancia puede tener un aspecto positivo: esta es la ignorancia estratégica, que puede ser utilizada por individuos o grupos victimizados como una estrategia de supervivencia. También discutimos el trabajo de Charles Mills sobre el Contrato Racial y cómo la ignorancia blanca impregna de racismo a la sociedad occidental desde la Ilustración. Se mencionan las diferencias entre ignorancia y estupidez, así como la importancia de superar ambas para la política y la convivencia democrática.

Palabras Clave: Conocimiento; Ignorancia; Epistemología de la ignorancia; Estupidez.

Data de submissão: 11/03/2025

Data de aceite: 11/04/2025

1 INTRODUÇÃO

Há vários estudos sobre o comportamento dos indivíduos quando em situação de ignorância, alegada ou real. Em geral esses estudos estão no âmbito da economia e do direito. Alegar ignorância sobre fatos controversos pode evitar a prisão, por exemplo, ou ser um mecanismo para se livrar da punição. Ignorar mecanismos de mercado pode levar um indivíduo à ruína. Em outras situações, o custo para obter conhecimento é maior do que os benefícios que ele trará. Nesse caso, um indivíduo escolher se manter na ignorância parece racional². Mas estes usos não serão considerados neste momento. Vamos focalizar a discussão nos aspectos filosóficos da ignorância, em particular na epistemologia como está sugerido no título.

O conhecimento e a ciência têm sido considerados como os principais ativos da sociedade ocidental há séculos, remontando à filosofia da natureza desenvolvida durante a era clássica da Grécia, no século VI a.C. É abundante a literatura que coloca a sociedade ocidental como fundada na ciência, cujo início mais conhecido encontra-se na filosofia natural iniciada pelos primeiros filósofos, os pré-socráticos, aprimorada pela obra de luminares como Platão e Aristóteles, preservada e desenvolvida pelos islâmicos durante a idade de ouro do islã e, finalmente, redescoberta e novamente desenvolvida a partir da Renascença, culminando na revolução científica dos séculos XV a XVIII. Homens de ciência como Copérnico, Galileu, Kepler e Newton são considerados os pais da ciência moderna, os responsáveis pela revolução científica produzida nos séculos XVI a XVIII e não há como pensar na ciência e na tecnologia contemporâneas sem a

² Williams, D. "Motivated ignorance, rationality, and democratic politics", *Synthese*, 198:7807–7827, 2021. <https://doi.org/10.1007/s11229-020-02549-8>.

contribuição desses cientistas, assim como não há como pensar em uma cultura ocidental sem a contribuição da filosofia grega clássica. Não há dúvidas nos dias de hoje que os egípcios, caldeus e outros povos da Mesopotâmia desenvolveram sofisticados sistemas de conhecimento sobre astronomia, matemática, medicina e engenharia. No entanto, para a ciência ocidental, os gregos são aqueles que, acredita-se, forneceram o conhecimento sobre o qual se ergueu a civilização ocidental. De fato, a ciência ocidental surgiu e se popularizou como prática em toda a Europa a partir da filosofia legada pelos gregos e, segundo Bruno Snell³, isso só foi possível graças ao idioma grego⁴.

Neste desenvolvimento da cultura ocidental, o protagonista foi a “razão”, essa faculdade que permitiu a criação da matemática, da lógica e do método científico, bem como a criação das mais importantes teorias explicativas do universo e da natureza. A racionalidade sobreviveu à chamada “idade das trevas” para renascer no Iluminismo com toda a sua força. A razão iluminista não só era o farol do mundo, mas uma libertação das amarras da sociedade anterior e uma possibilidade de alcançar a felicidade. O Iluminismo associou a razão com a libertação. Como certa vez afirmou Kant:

O iluminismo é a saída da humanidade da sua imaturidade. Imaturidade é a incapacidade de fazer uso do próprio entendimento sem a orientação de outro. Esta incapacidade é autoprovocada se a sua causa não residir na falta de compreensão, mas sim na falta de resolução e de coragem para usá-la sem a orientação de outra pessoa. *Sapere aude!**. “Tenha a coragem de usar seu próprio entendimento!” é, portanto, o lema do iluminismo⁵.

A ignorância, um antagonista do saber, seria um fardo que muitos deveriam carregar e a causa de muitos dos males enfrentados pelas sociedades. Eliminar a ignorância é, portanto, um dever da ciência e da filosofia, dos homens de bem e dos governos. Nessa visão, a ignorância é uma negatividade, algo a ser eliminado com os instrumentos criados pela razão e não um objeto de conhecimento.

O ramo especial da filosofia que se dedica a estudar a natureza, origem e limites do conhecimento humano é a epistemologia. Ela investiga questões fundamentais relacionadas ao conhecimento, tais como o que é conhecimento, qual sua relação com a verdade (o que é a verdade?), quais são seus limites e como ele pode ser justificado, ou

³ Snell, B. *The discovery of the mind: The Greek origins of European thought*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1953.

⁴ Matallo Junior, H. “Relativistic language and the natural philosophy Big-Bang”. Zenodo, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8086555>.

⁵ Kant, I. (1784). “An answer to the question: What is Enlightenment?” In: Schmidt, J. Editor. *What Is Enlightenment? Eighteenth-century answers and twentieth-century questions*. University of California Press, 1996.

*Expressão que significa “ouse ser sábio”.

seja, como podemos fornecer razões ou argumentos para acreditar em nossas teorias sobre o mundo exterior. Enfim, a epistemologia trata do conhecimento, daquilo que sabemos. Mapear o conhecimento é, portanto, o mais elevado objetivo da razão. Mas o que dizer sobre aquilo que não sabemos? Que valor tem a ignorância para a ciência e o conhecimento? Stuart Firenstein⁶ mostrou com detalhes o valor positivo da ignorância para a ciência. Ele mostrou como a consciência da ignorância leva os cientistas à formulação de problemas e às descobertas. Dessa forma, conhecer a ignorância seria também um mecanismo de produzir conhecimento.

A partir de meados da década de 1980, uma série de estudos sobre a ignorância começou a ser produzidos e deram origem à “epistemologia da ignorância”⁷. Essa expressão parece encerrar uma contradição, já que a epistemologia, por definição, concentra seus esforços em desvendar aquilo que sabemos, bem como as teorias que explicam este saber, enquanto a ignorância é o seu contrário. É uma ausência de saber.

Em um dos primeiros estudos sobre a epistemologia da ignorância, encontramos uma descrição sobre esta disciplina como sendo “um exame do complexo fenômeno da ignorância, que tem como objetivo identificar diferentes formas de ignorância, examinando como elas são produzidas e sustentadas, e que papel elas desempenham nas práticas de conhecimento”⁸. Para os autores da citação acima, há algo de “racional” na ignorância, já que ela pode ser produzida e, portanto, ela deriva de algum tipo de “ação mental”. É claro que a ignorância pode ser vista como uma lacuna no conhecimento, como uma falta que poderia ser remediada uma vez identificada. Embora esse tipo de ignorância exista, ele não é o único. Muitas vezes, a ignorância não é uma mera *falta epistêmica*, mas ela é deliberadamente produzida para manter certas situações, em especial aquelas relacionadas à dominação. Outras vezes, ela é parte de uma estratégia de sobrevivência da parte de indivíduos ou populações vitimizadas. Estas últimas fazem parte da chamada *ignorância estratégica*.

Do ponto de vista quantitativo, um dos indicadores que induzem a ignorância individual é a impossibilidade de manejar a quantidade de informação disponível, cujo aumento tem sido exponencial desde o século XVIII. Em um estudo realizado por

⁶ Firestein, S. *Ignorance: How it drives science*. Oxford University Press, 2012.

⁷ Fields, L. “Moral beliefs and blameworthiness”. *Philosophy* 69 (4): 397–415, 1994; Driver, J. “The virtues of Ignorance”. *The Journal of Philosophy* 86 (7): 373–384, 1989.

⁸ Sullivan, S. & Tuana, N. “Introduction”. In: Sullivan, S. & Tuana, N. (editors). *Race and epistemologies of ignorance*. Albany: State University of New York Press, 2007.

Lukasiewicz⁹ em 1972, ele menciona que os dois primeiros periódicos estritamente científicos foram criados em 1665. Foram eles o *Philosophical Transactions of the Royal Society* em Londres e o *Journal des Scavans* em Paris. Conforme mencionado pelo autor,

“exceto nos primeiros 100 anos, o número de revistas científicas tem aumentado a uma taxa exponencial constante desde cerca de 1760, duplicando a cada 15 anos (ou aumentando dez vezes a cada 50 anos), até que mais de 100.000 revistas tenham sido fundadas. O total mundial de artigos científicos foi estimado em 1963 em 6 milhões, duplicando a cada 15 anos”¹⁰.

Os números apresentados por Lukasiewicz representam uma quantidade assombrosa de periódicos e artigos disponíveis que não podem ser conhecidos em sua totalidade por nenhum ser humano. Aliás, este é um ponto importante do artigo de Lukasiewicz. Ele parte do princípio, fundamentado por Bernal¹¹, de que a espécie humana não tem um aparato mental apropriado para lidar com tamanha quantidade de informação. Ademais, o processo evolutivo de nossa espécie não emite nenhum sinal de que o funcionamento mental e, particularmente a memória, esteja ou possa evoluir para superar esta limitação. A conclusão é que a memória e seu uso têm um limite e sua capacidade não evolui para a espécie. Ao mesmo tempo, a quantidade de informação disponível aumenta exponencialmente e duplica a cada 15 anos ou menos como constatado por Lukasiewicz. Por isso se reconhece uma *ignorância epistêmica*. A mesma espécie (*Homo Sapiens*) que cria uma quantidade assombrosa de conhecimento não é capaz de desenvolver seu aparato mental da memória para armazenar todo o conhecimento produzido.

Há um acordo geral de que o campo do que não sabemos é muito maior do que o campo do que sabemos. Essa afirmação não é questionável no nível individual, coletivo ou científico. No entanto, há distintas formas de *não-saber* como sugerimos anteriormente. Há muitas perguntas no âmbito da vida ou da ciência que geram respostas que, em última instância, são um *não-saber* que disfarçamos de conhecimento, seja ele científico ou espiritual/religioso. Quando a ciência pergunta sobre a origem do universo ou a origem da vida, as teorias ou especulações geradas como resposta são um

⁹ Lukasiewicz, J. “The ignorance explosion: Contribution to the study of confrontation of man with the complexity of science-based society and environment”. *Transactions of the New York Academy of Sciences*, 34(5 Series II), 373–391, 1972. Doi:10.1111/j.2164-0947.1972.tb02693.x.

¹⁰ Lukasiewicz, J. Op. Cit. p. 375, 1972.

¹¹ Bernal, J.D. *The world, the flesh and the devil: An inquiry into the future of the three enemies of the rational soul*. London: Cape Editions, 1970.

não-saber disfarçado de conhecimento¹². Na verdade, as teorias sobre os temas de origem são quase sempre um *não-saber* disfarçado de conhecimento ou algum tipo de experiência transcendental como no caso religioso. Um cientista diante da pergunta sobre a origem do universo prontamente vai nos mencionar o *Big-bang*, enquanto uma pessoa comum provavelmente nos dirá que é uma obra de Deus. E se perguntarmos para ambos o que havia antes do *Big-bang* ou o que Deus estava fazendo antes de criar a humanidade e o universo, ambos vão provavelmente ter uma mesma resposta: silêncio ou “não sei”. Ambos os temas da ciência e da religião (ou espiritualidade) são resultados do uso da razão e curiosamente não podemos, nesse caso, provar ou refutar nenhuma das especulações mencionadas. Não há nada de mal em fazer tais perguntas, como também não há nada de mal em respondê-las com teorias especulativas. As perguntas sobre a origem do universo ou da vida fazem parte do uso especulativo da razão e são uma condição mesma para a sua existência, bem como a linguagem que as expressa¹³.

No exemplo acima, a ignorância é apresentada como um *não-saber*, uma falta de conhecimento. Mas há nuances neste *não-saber*. Podemos dizer que um primeiro aspecto diz respeito aos indivíduos e outro à natureza do objeto. Ambos dizem respeito a ausência de saber, mas tem conotações distintas. Neste caso, quando se relaciona a ausência de saber com indivíduos, podemos dizer que todos somos ignorantes, no sentido de que não é possível ter conhecimento da totalidade do real. Nossa tempo, energia, habilidades tecnológicas e recursos cognitivos limitados são insuficientes para compreender um universo vasto e complexo que excede em muito as nossas capacidades epistêmicas. Mas podemos, muitas vezes, suprir esta deficiência quando um tema específico for objeto de nosso interesse. Um indivíduo que não sabe o significado de uma palavra recorre ao dicionário. Outro que não sabe como funciona um motor a explosão pode recorrer a um engenheiro ou a um livro sobre o assunto. Existem milhares de palavras que não sabemos o significado e milhões de temas ou objetos que não conhecemos seu funcionamento e que podemos, em princípio, obter conhecimento sobre eles recorrendo ao conhecimento acumulado, ou através de mecanismos existentes como consultas a especialistas ou a bibliotecas. Mas há temas que não podemos conhecer por definição. Como já mencionamos, alguns deles dizem respeito a temas de

¹² A teoria do Big-bang como origem do universo, por exemplo, é a mais aceita nos dias de hoje. Porém tem alto conteúdo especulativo, pois o que decorre da aceitação dessa teoria é a pergunta “De onde vieram toda a matéria e energia para possibilitar o Big-bang?”. O mesmo ocorre com as teorias sobre a origem da vida.

¹³ Estas questões filosóficas são de extrema complexidade na filosofia e não vamos mais do que mencioná-las aqui.

origem, como é o caso do universo, da vida e da consciência. Há hipóteses e teorias com as quais a ciência trabalha que podem dar uma explicação razoável sobre estes temas, bem como há religiões que também oferecem algum tipo de explicação. Mas são temas sobre os quais não produzimos um conhecimento que possa ser provado ou refutado. Sempre haverá disputas sobre eles, pois entram no campo da metafísica.

Ao transpor a ignorância epistêmica percebe-se outros tipos de ignorância. Nadja El Kassar, em um artigo publicado em 2018¹⁴, destaca 3 tipos de ignorância. O primeiro deles é a ignorância epistêmica, como mostramos acima. O segundo tipo diz respeito a ignorância como “falsas perspectivas ativamente sustentadas” e o terceiro tipo é a “ignorância como uma prática epistêmica substantiva”. O segundo e terceiro tipos mencionados acima são praticamente idênticos quanto resultado, muito embora sua operatividade seja distinta. O segundo diz respeito ao engano, à má-fé de agentes, indivíduos que promovem deliberadamente a ignorância devido a interesses específicos. Já o terceiro tipo tem uma natureza estrutural e é promovido dentro de contextos políticos e econômicos. Ele também resulta do engano, mas tem uma natureza mais impessoal.

Há também um tipo de ignorância que é chamada de “pluralística” e se refere ao conhecimento que achamos que o grupo a que pertencemos possui. Ela resulta de uma avaliação equivocada que nos faz pensar que somos ignorantes ante o grupo e isso inibe nosso comportamento ou nos faz mentir para superar um sentimento de inferioridade intelectual. Um exemplo disso é quando numa sala de aula o professor pergunta se todos entenderam ou sabem o assunto e ninguém se manifesta. Os indivíduos pensam que os outros colegas sabem o tema e se inibem com medo de parecerem ridículos. Isso acontece em muitas outras ocasiões em nossa vida diária. Todas estas formas de ignorância tem um valor social negativo.

Finalmente, há outra forma de ignorância que é a “ignorância estratégica”. Nesse caso o uso estratégico da ignorância pode ser entendido como mais um instrumento de dominação ou como uma forma de sobrevivência por indivíduos vulneráveis. A referência neste tema é o livro de Linsey McGoey¹⁵, que explora o conceito de ignorância estratégica e sua influência generalizada na formação de normas sociais e dinâmicas de poder. McGoey investiga como os indivíduos e as instituições escolhem estrategicamente o que ignorar a fim de manter o controle ou avançar com suas agendas.

¹⁴ Nadja El Kassar. “What ignorance really is. Examining the foundations of Epistemology of Ignorance”, *Social Epistemology*, 2018. DOI: 10.1080/02691728.2018.1518498

¹⁵ McGoey, L. *The unknowers: How strategic ignorance rules the world*. London: Zed Books, 2019.

Importante salientar que a ignorância estratégica pode ter um valor positivo como mecanismo de sobrevivência individual, ajudando na redução da dissonância cognitiva¹⁶, melhorando a inserção do indivíduo no sistema social e preservando seu status nos grupos aos quais pertence. No geral, os indivíduos podem usar a ignorância estratégica como um mecanismo adaptativo ao meio social, às “paisagens” sociais, emocionais e cognitivas complexas, a fim de se protegerem, preservarem o seu status e gerirem os riscos no seu ambiente.

A tipologia brevemente apresentada nos leva a ressaltar um tipo específico de ignorância com valor e consequências profundamente deletérias. Esse tipo se assenta na *falsa perspectiva sustentada*, que é uma ignorância cultivada e promovida por indivíduos, grupos ou instituições como uma forma de exercer poder, controle ou influência sobre outras pessoas. Ela também se manifesta individualmente como *estupidez* (veremos mais adiante este tema) e pode ocorrer de várias maneiras tais como, manipulação de narrativas, censura, desinformação, ou mesmo uma obstrução deliberada na produção de conhecimento. Essas formas de manifestação de um não-saber intencional são objeto de conhecimento da nova *epistemologia da ignorância* e já tem nome próprio: Agnotologia¹⁷.

2 IGNORÂNCIA BRANCA E O RACISMO ESTRUTURAL

Os primeiros autores a mencionar a epistemologia da ignorância como falsas perspectivas sustentadas, o fizeram em conexão com o racismo. Um dos proponentes mais conhecidos deste nexo entre ignorância e racismo é Charles Mills, cujo livro *The racial contract*¹⁸, publicado em 1997, apresenta um conjunto de argumentos bastante impressionante para sua tese principal sobre a ignorância como fundamento da supremacia branca. Para Mills, a epistemologia da ignorância faz parte de um estado de supremacia branca em que a espécie *Homo Sapiens* está racialmente dividida em pessoas e subpessoas. Embora não compreendam bem o mundo racista em que vivem, os brancos são capazes, de acordo com Mills, de se beneficiar plenamente de hierarquias, ontologias e economias¹⁹. Mills chama a este tipo de ignorância de “ignorância branca”, pois os brancos não conseguem sequer entender o viés racial

¹⁶ A dissonância cognitiva se refere à tensão ou desarmonia interna do sistema de ideias, crenças e emoções (cognições) de uma pessoa que está submetida a questionamentos, podendo gerar conflitos emocionais intensos.

¹⁷ Proctor, R. N. “Agnotology: A missing term to describe the cultural production of ignorance and its study. In: Proctor, R. N. and Schieberger, L. (editors). *Agnotology: The making and unmaking of ignorance*. Redwood City: Stanford University Press, 2008.

¹⁸ Mills, C. *The racial contract*. Cornell University Press, 1997.

¹⁹ Sullivan, S. & Tuana, N. Editors (2007). Op. Cit. p. 2.

subjacente da formação desta cultura e de todas as consequências deste processo. Daí a ideia de que os supremacistas brancos são um resultado da ignorância. Mills argumenta que a teoria política ocidental foi amplamente desenvolvida dentro de uma estrutura que privilegia implicitamente as perspectivas e os interesses das pessoas brancas, ao mesmo tempo que marginaliza ou ignora os das pessoas não-brancas. Ele afirma que a teoria política moderna, particularmente a teoria do contrato social, foi construída dentro de uma estrutura de supremacia branca. O contrato social (ao estilo Rousseau), que normalmente pressupõe um acordo entre os indivíduos para formar uma sociedade e cumprir certas regras, é implícita e inconscientemente racializado em favor dos brancos²⁰.

O tema da supremacia branca tem suas origens no processo de colonização das Américas e África nos séculos XVI e seguintes, possibilitando a formação de uma concepção racista em que os colonizadores brancos instituíram um tipo de modelo mental em que sua supremacia é dada como um fato da natureza. Mesmo com as mudanças ocorridas nos modelos mentais interpretativos da realidade em diferentes épocas, este elemento sobreviveu e se mantém na “infraestrutura” cognitiva. Lembro aqui a citação de Hume sobre as diferenças entre brancos e os “outros” que ainda hoje é repetida em muitos círculos:

Nunca houve uma nação civilizada de nenhuma outra natureza que não a branca, nem mesmo um único indivíduo eminentemente em ação ou especulação. Nenhum industrial engenhoso entre eles, nem em artes ou ciência. Por outro lado, os mais rudes e bárbaros brancos, como os alemães antigos e os atuais tátaros, tem algum eminentemente entre eles. Essa constante e uniforme diferença não poderia acontecer em tantos países e épocas se a natureza não tivesse feito uma distinção original entre esses filhos dos homens²¹.

Mills afirma que a ignorância branca não pode

“ser apenas uma questão de ignorância entre pessoas que são brancas, sobre qualquer tópico ou através de qualquer processo causal (...) O que é necessário, em outras palavras, é um reconhecimento de que o racismo, o racismo supremacista branco global é em si um sistema político, um poder particular, uma estrutura de governo formal ou informal, com privilégios socioeconômicos e normas para a distribuição diferenciada da riqueza material e oportunidades, benefícios e encargos, direitos e deveres. A noção de *contrato racial* é, sugiro, uma forma possível de fazer essa conexão com a teoria dominante, uma vez que usa o vocabulário e o aparato já desenvolvidos para o contratualismo para mapear este sistema não reconhecido”²².

²⁰ Mills, C. (1997). Op. Cit.

²¹ Hume, D. “On national characters”. In: *The philosophical works*, ed. By T.H. Green & T.H. Grose, London, 1883, III.

²² Mills. C. (1997). Op. Cit. P.3.

A ideia de um *contrato racial* tem como referência ao contrato social de Rousseau. O que interpretamos aqui é que o racismo estava subjacente à ideia do contrato social pois, afinal de contas, o racismo é filho do Iluminismo e a maioria dos iluministas conhecia o sistema classificatório de Linnaeus, *Systema Naturae*, publicado em sucessivas edições a partir de 1735. Linnaeus não utilizou a palavra “raça” e sim a palavra “subespécie”, que no contexto do seu sistema classificatório não tem conotação negativa, sendo apenas uma variação da espécie. No entanto, com o passar dos anos se consolidou uma interpretação do conceito de subespécie como uma degeneração da espécie, especialmente a partir da edição de 1790 do *Systema Naturae*, onde Linnaeus agregou características de personalidade a cada uma das subespécies. A partir desta caracterização, as estórias sobre os povos colonizados que circulavam na Europa e as discussões filosóficas que se seguiram, levaram a uma mudança na interpretação conceitual de “subespécie” para “raça”, com todas as conotações hierárquicas que tal conceito possibilita.

Na verdade, o Iluminismo representou o nascimento do continente negro no imaginário europeu e, do ponto de vista das representações, alguma coisa deveria ser feita. A interação do europeu com os autóctones deveria ser objeto de justificação para o que estava ocorrendo e continuaria a ocorrer por mais de 200 anos: a dominação dos territórios além-mar, a exploração e escravização dos nacionais. Assim que o contrato social não se aplicava a todos, mas apenas aqueles que contavam para a civilização branca europeia. Como bem notou Mills:

O contrato peculiar a que me refiro, embora com base na tradição do contrato social que tem sido central para a teoria política ocidental não é um contrato entre todos (“nós, o povo”), mas apenas entre as pessoas que contam, as pessoas que realmente são pessoas (“nós, os brancos”). Então é um contrato racial²³.

Devemos notar que a ideia de um *contrato racial* é, para Mills, um conceito que encerra uma radicalidade estrutural histórica, tornando-se um mecanismo de natureza política, moral e epistemológica. O desenvolvimento das modernas sociedades democráticas, nas quais os governantes são eleitos, caracteriza o tipo de contrato a que se referem todos os contratualistas do direito e da ciência política. Olhando sob o ponto de vista prático, de fato a população exerce seu direito a eleger seus governantes que, por sua vez, devem governar obedecendo os princípios da moralidade pública para elaborar e implementar políticas voltadas para o bem-estar coletivo. O problema é que, para Mills, houve um *contrato racial* anterior e fundamental, onde a moralidade é a

²³ Mills. C. (1997). Op. Cit., p.3.

moralidade branca e a produção de conhecimento bem como o conhecimento em si são produtos dos interesses dos brancos. Historicamente, esse contrato data do século XVIII e fundamentou o eurocentrismo. Também do ponto de vista prático, podemos olhar o eurocentrismo como sendo um padrão de referência para a maior parte do mundo ocidental. As formas de organização europeias, a ciência, a jurisprudência e as instituições políticas se referenciam umas às outras para formar este padrão de referência. Por esta razão podemos dizer que a União Europeia é um resultado esperado do contrato racial do século XVIII. Geralmente os países fora do bloco europeu são governados por brancos descendentes de europeus, como resultado da colonização. As zonas comuns fora da Europa são, no entanto, uma ficção, em que os países envolvidos nesse esforço desejam se espelhar, mas não podem pelo simples fato de que existe uma ampla população de não-brancos que não possuem os requisitos julgados necessários para isso. Tomamos como exemplo o tema da livre circulação de pessoas. A livre circulação de pessoas se restringe aos europeus ou aqueles colonizados que conseguiram sua inserção na sociedade branca europeia. No resto do mundo isso não funcionou bem. No acordo entre México, Canadá e Estados Unidos, a livre circulação de pessoas se restringe ao Canadá e Estados Unidos, mas não incluem o México. Os migrantes mexicanos são ocasionalmente bem-vindos aos Estados Unidos apenas como força de trabalho a ser explorada pela população supremacista branca. A abordagem de Mills, que brevemente apresentamos aqui, permite uma compreensão mais histórica abrangente do que hoje se chama “racismo estrutural”.

3 IGNORÂNCIA E ESTUPIDEZ

Em uma cultura de ignorância, ela não só floresce, ela é ostentada e até celebrada²⁴. Torna-se uma postura ideológica. Vimos na seção anterior vários aspectos relacionados com a ignorância, o que nos faz reconhecer e apoiar a ideia de que há uma epistemologia da ignorância, por mais que estas duas palavras possam provocar alguma dúvida nos aficionados pela teoria do conhecimento. Vimos também os vários aspectos que, quando levados às últimas consequências, transformam-se em algo mais radical. Transformam-se em estupidez. A estupidez é um estágio avançado da ignorância. A ignorância torna-se estupidez quando os indivíduos optam persistentemente por permanecer ignorantes, apesar do acesso à informação ou às oportunidades de

²⁴ DeNicola, D. R. *Understanding ignorance: The surprising impact of what we don't know*, Cambridge, Massachusetts/ London: The MIT Press, p.8, 2017.

aprendizagem e crescimento. Enquanto a ignorância se refere à falta de conhecimento ou consciência sobre um determinado assunto, a estupidez envolve o desrespeito pelos fatos, raciocínios ou evidências. Estupidez é intencional. A estupidez se manifesta como uma rejeição intencional de informações que contradizem as crenças ou preconceitos de alguém, levando a comportamentos ou decisões completamente irrationais. Como disse Daniel DeNicola: “A ignorância pode ser remediada; a estupidez é intratável”²⁵. Em essência, a ignorância torna-se estupidez quando é mantida ou perpetuada voluntariamente, apesar das oportunidades de esclarecimento ou correção. A estupidez não é simplesmente uma falta de conhecimento, mas sim uma falha no envolvimento com a informação de uma forma racional e construtiva, resultando em resultados prejudiciais ou contraproducentes.

Talvez o exemplo mais adequado para a situação de estupidez seja aquele relacionado ao terraplanismo²⁶. A citação a seguir mostra a visão daqueles que ainda acreditam que a Terra é plana:

Uma elite mundial governando nas sombras mergulhou a humanidade na mais profunda ignorância sobre o mundo em que vivemos. Através da NASA, do sistema educativo e dos meios de comunicação social, fomos levados a acreditar que a Terra é uma esfera rotativa que viaja a enormes velocidades através do espaço exterior. O que não nos disseram é que nem a esfericidade nem o movimento da Terra foram alguma vez demonstrados. Na verdade, todas as experiências científicas realizadas para detectar o movimento e a curvatura da Terra determinaram que o nosso mundo é uma superfície plana totalmente imóvel. Esta cosmovisão, apoiada na observação e na experiência, é a que aparece nas Sagradas Escrituras e a que todas as civilizações adotaram ao longo da história²⁷

Os grupos de pessoas organizados em torno das ideias expostas acima foram e continuam sendo expostas ao mesmo corpo de conhecimento disponível para todos nós em bibliotecas, livrarias e internet. A interpretação dos fatos refletida na citação descarta a ciência como falsa e afirma que a Terra é plana e imóvel²⁸. Não vamos argumentar em favor da esfericidade da Terra, pois vamos seguir a máxima de DeNicola de que “a estupidez é intratável”. O posicionamento dos terraplanistas é um exemplo de como a ignorância se torna estupidez, ou seja, uma recusa sistemática em aceitar a informação correta e os fatos comprobatórios.

A análise da estupidez exige certa cautela, pois há uma tendência em nominar “o outro”, aquele de quem diferimos, nosso colonizador ou nosso adversário político como

²⁵ DeNicola, D. R. (2017). Op. Cit., p.8.

²⁶ Há vários outros exemplos que poderíamos considerar como o criacionismo versus evolução ou a existência ou não de diferentes tipos de vírus.

²⁷ Disponível em: <https://terraplanistas.org/>. Acesso em: mar; 2023.

²⁸ Para uma análise detalhada da visão terraplanista ver Matallo Jr, H. (2023). “Reality, common-sense, and science”. Disponível em: https://www.academia.edu/70289047/Reality_Common_sense_and_Science.

sendo estúpidos. Para os atenienses, por exemplo, todos os não-atenienses (que também não falavam o idioma grego) eram estúpidos²⁹. Os únicos estúpidos internos, aqueles da própria Grécia, eram os cínicos, que perambulavam por Atenas pedindo esmolas e dizendo coisas estranhas.

No exemplo sobre o terraplanismo, parece óbvia a estupidez, muito embora para os terraplanistas não o seja. Será que necessitamos de um critério de demarcação para separar os ignorantes dos estúpidos? Quais critérios poderiam ser usados para isso? Em princípio, que não há como identificar ou separar *a priori* os ignorantes dos estúpidos. Não existe um meio eficaz de dizer se um indivíduo ou grupo tem características de mera ignorância, ou seja, se eles têm a capacidade de aprender e superar o estado de ignorância sobre assuntos e temas específicos, ou se tal indivíduo ou grupo é conformado por estúpidos, ou seja, pessoas que não podem superar o estado de ignorância por mais informação, fatos e argumentos que lhes sejam oferecidos. Esta é uma constatação que se faz *a posteriori*. O problema é que indivíduos e grupos estão em constante interação dinâmica na sociedade, sendo promotores de ações de modo contínuo e estas ações estão baseadas em informação, sobre as quais não se tem certeza de que sejam verdadeiras ou correspondam adequadamente aos fatos. Quando indivíduos ou grupos se enfrentam por interesses ou simplesmente por meros pontos de vista na sociedade, o embate se dá mediante narrativa, o discurso. É nesse momento que a ignorância se diferencia da estupidez. O ignorante reconhece sua ignorância, ainda que seja ignorância estratégica como vimos anteriormente, e o estúpido não. O nível de autoconfiança do estúpido é tal que ele “ignora sua ignorância” e, portanto, não está disposto a aceitar nenhum tipo de argumentação.

No campo da política a ignorância e a estupidez jogam um papel importantíssimo, pois podem determinar o destino de um país ou de uma parte importante dele. Vimos esse fenômeno durante a pandemia com os negacionistas da vacina, que acabaram por selar o destino de milhares de pessoas por ignorarem a necessidade de oferecer o serviço de vacinação à população. Tão ou mais importante do que isso são os temas sobre democracia, autoritarismo e direitos humanos. Muitas das democracias ocidentais encontram-se ameaçadas pela “ignorância pública” sobre os temas relacionados aos contratos de convivência social. Sobre esse aspecto muito há que ser investigado e uma análise mais detalhada ainda deve ser feita sobre a relação entre a tecnologia, as mídias sociais, a ignorância e a estupidez. Creio que a

²⁹ Ronell, A. *Stupidity*. University of Illinois Press, 2002.

epistemologia da ignorância (Avital Ronell menciona também a “epistemologia da estupidez”) terá um papel importante em desvendar os mecanismos e estruturas que devem ser rompidos para evitar o predomínio da ignorância no futuro.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou mostrar as condições de possibilidade e as contribuições da epistemologia da ignorância como uma nova e possível tendência na filosofia e a não existência de incompatibilidade entre os dois conceitos, o de *epistemologia* como teoria do conhecimento e a *ignorância* como ausência dele. Discutimos os vários tipos de ignorância e como a ignorância pode se transformar em estupidez. Reconhecemos que não há um critério de demarcação apriorístico entre a ignorância e a estupidez. Estes dois conceitos são parte do “estado de consciência” dos indivíduos, sendo que a ignorância pode ser superada e a estupidez se cristaliza nos indivíduos por ausência de disposição em aceitar fatos e argumentos.

Chegamos à conclusão de que a epistemologia da ignorância pode ser um valioso instrumento para superar os riscos políticos que a sociedade atual enfrenta, particularmente com relação à estupidez cristalizada em ações de recusa na aceitação de fatos já consagrados como verdadeiros, tais como a existência dos vírus, a eficácia (ainda que relativa) das vacinas e do direito dos indivíduos de recorrerem a ela, bem como a aceitação da teoria da evolução em substituição ao criacionismo como fator explicativo da existência da espécie humana. Finalmente, é importante concluir que a epistemologia da ignorância é um importante instrumento para identificar e evitar riscos ao funcionamento democrático da sociedade³⁰. Superar a ignorância e a estupidez poderá ser no futuro uma condição necessária para a manutenção das condições de existência das sociedades democráticas e das garantias dos direitos fundamentais das pessoas.

REFERÊNCIAS

DENICOLA, D. R. *Understanding ignorance: The surprising impact of what we don't know*. Cambridge, Massachusetts / London, England: The MIT Press, 2017.

³⁰ Este tema será objeto de outro trabalho com o possível título de “Dissonância cognitiva, ignorância, estupidez e valores democráticos”.

DRIVER, J. "The virtues of ignorance". In: *The Journal of Philosophy* 86 (7): 373–384, 1989.

FIELDS, L. "Moral beliefs and blameworthiness". In: *Philosophy* 69 (4): 397–415, 1994.;

FIRESTEIN, S. *Ignorance: How it drives science*. Oxford University Press, 2012.

HUME, D. "On National Characters". In: *The philosophical works*, ed. By T.H. Green & T.H. Grose, London, 1883, III.

KANT, I. (1784). "An answer to the question: What is Enlightenment?". In: Schmidt, J. Editor. *What is Enlightenment? Eighteenth-century answers and twentieth-century questions*. University of California Press, 1996.

MATALLO Jr, H. "Reality, common-sense, and science". Disponível em: https://www.academia.edu/70289047/Reality_Common_sense_and_Science, 2023.

MATALLO Junior, H. "Relativistic language and the natural philosophy big-bang". *Zenodo*, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8086555>

MCGOEY, L. *The unknowers: How strategic ignorance rules the world*. London: Zed Books, 2019.

MILLS, C. (1997). *The racial contract*. Cornell University Press, 1997.

NADJA EL KASSAR. "What ignorance really is. Examining the foundations of Epistemology of Ignorance". *Social Epistemology*, 2018. DOI: 10.1080/02691728.2018.1518498

PROCTOR, R. N. "Agnostology: A Missing Term to Describe the Cultural Production of Ignorance and Its Study". In: Proctor, R. N. and Schiebinger, L. (editors). *Agnostology: The making and unmaking of ignorance*. Redwood City: Stanford University Press, 2008.

PROCTOR, R. N. and Schiebinger, L. (editors). *Agnostology: The making and unmaking of ignorance*. Redwood City: Stanford University Press, 2008.

RONELL, A. *Stupidity*. University of Illinois Press, 2002.

SNELL, B. The discovery of the mind: *The Greek origins of European thought*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1953.

SULLIVAN, S. & Tuana, N. Editors. *Race and epistemologies of ignorance*. Albany: State University of New York Press, 2007.